

Caderneta reduz déficit

As cadernetas de poupança fecharam maio acumulando um déficit — saques superiores aos depósitos — de Cr\$ 208 bilhões 470 milhões nos cinco primeiros meses do ano. No mês, entretanto, houve recuperação: os depósitos foram de Cr\$ 423 bilhões 817 milhões e as retiradas 316 bilhões 517 milhões, resultado que permitiu a redução do déficit acumulado em Cr\$ 107 bilhões 300 milhões, segundo dados divulgados ontem pela ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança).

A melhora do desempenho em maio é explicada pelos empresários como consequência da isenção fiscal para o juro creditado em contas com saldo médio de até 2 mil UPCs (Cr\$ 7 milhões 177 mil, atualmente) relativas ao último trimestre do ano. Hoje, o presidente da ABECIP, Nelson da Matta, estará em Brasília justamente para negociar com o Ministro do Interior, Mário Andreazza, a isenção fiscal para todas as contas. Isso dará maior competitividade à caderneta em relação aos outros títulos do mercado financeiro, depois que o Governo decidir o expurgo da correção monetária.

Juros bancários

Mas enquanto os empresários de caderneta buscam formas de tornar a poupança mais atraente para os investidores, os banqueiros também elevam as taxas de juros de seus títulos — os CDBs (certificados de depósito bancário). O presidente da Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento), Ary Waddington, informou que os grandes bancos estão oferecendo aos investidores taxas entre 22% e 23% ao ano, além da correção monetária, em seus papéis e alguns já atingiram 24% ao ano. Antes do pacote econômico do último dia 9, que aumentou o imposto de renda dos CDBs, e das discussões a respeito do expurgo da correção, as taxas giravam em torno de 17% ao ano.

Waddington disse que se houver expurgo na correção

monetária, as taxas de juros dos títulos tenderão a subir ainda mais, porque o mercado reflete a inflação real (não expurgada) e porque o investidor é sempre soberano: ele vai exigir nas taxas de juros a perda relativa ao expurgo da correção monetária.

Para o presidente da Anbid, as taxas subiram também em decorrência da venda de Letras do Tesouro Nacional pelo Banco Central, no mercado aberto, com uma rentabilidade real de 10,4% ou 11% ao mês. Como esses títulos são de curto prazo (de 30 a 60 dias), a rentabilidade equivale a um título bancário (CDB) com renda de até 250% ao ano. Para competir com os papéis do Governo, os bancos elevam as taxas de seus títulos.

Empréstimos

Como consequência, os bancos também elevam as taxas de juros cobradas em seus empréstimos, que, segundo Waddington, subiram cerca de 2% desde antes do pacote. Hoje, os bancos de investimento especializados em conceder empréstimos de grande volume (mais de Cr\$ 50 milhões) cobram, em média, 25,39% ao ano, além da correção monetária e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de 1,5%, para empréstimos de seis meses a um ano.

Nos bancos médios, a taxa anual sobe para 28,34% e nos bancos que concedem empréstimos de pequeno valor (em torno de Cr\$ 20 milhões), os juros médios vão a 31,21% ao ano, além da correção e IOF. Os grandes bancos que fazem pequenos empréstimos, segundo ele, estão contendo o aumento de suas taxas, após um acordo com o Governo.

Em São Paulo, o presidente do Banco de Crédito Nacional (BCN) e vice-presidente da Associação de Bancos do Estado, Pedro Conde, confirmou que as taxas pagas pelos bancos em seus papéis subiram muito nos últimos dias, mas disse que os bancos estão fazendo um esforço concentrado para reduzir suas comissões e evitar que os juros cobrados nos empréstimos subam na mesma proporção.